

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017		Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		27	42	Contas a Pagar	9	10.689	7.411
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.281	6.017	Financiamentos	10	4.103	4.104
Concessionárias e permissionárias	6	1.642	4.217	Dividendos a pagar	13.d	1.166	1.229
Despesas antecipadas		23	26	Compensação ambiental	11	99	100
Imposto de renda retido na fonte		89	53	Impostos e contribuições a recolher		103	127
Outros ativos		50	39	Imposto de renda e contribuição social		255	279
		<u>12.111</u>	<u>10.394</u>	Outros passivos		<u>158</u>	<u>128</u>
						<u>16.574</u>	<u>13.378</u>
Não circulante				Não circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.610	1.529	Financiamentos	10	<u>16.482</u>	<u>20.398</u>
Imobilizado	7	63.029	65.351				
Intangível		<u>47</u>	<u>-</u>	Patrimônio líquido	13		
		<u>64.685</u>	<u>66.880</u>	Capital social		35.432	35.432
				Reserva legal		1.338	1.093
				Reserva de retenção de lucros		<u>6.970</u>	<u>6.973</u>
						<u>43.740</u>	<u>43.498</u>
Total do ativo		<u><u>76.796</u></u>	<u><u>77.274</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>76.796</u></u>	<u><u>77.274</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas líquidas	14	18.903	22.813
Custo sobre serviços prestados	15	<u>(11.278)</u>	<u>(14.540)</u>
Lucro bruto		<u>7.625</u>	<u>8.273</u>
Despesas Operacionais		<u>(671)</u>	<u>(624)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>6.955</u>	<u>7.649</u>
Resultado financeiro	16	(1.135)	(1.699)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>5.819</u>	<u>5.950</u>
Imposto de renda e contribuição social	8	<u>(911)</u>	<u>(774)</u>
Lucro Líquido do exercício		<u><u>4.908</u></u>	<u><u>5.176</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	4.908	5.176
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.908</u></u>	<u><u>5.176</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016	35.432	835	6.284	-	42.551
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.176	5.176
Constituição de reservas	-	258	3.689	(3.947)	-
Pagamento dos dividendos	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(1.229)	(1.229)
Em 31 de dezembro de 2017	35.432	1.093	6.973	-	43.498
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.908	4.908
Constituição de reservas	-	245	3.497	(3.742)	-
Pagamento dos dividendos	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Dividendos propostos	-	-	-	(1.166)	(1.166)
Em 31 de dezembro de 2018	35.432	1.338	6.970	-	43.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	4.954	5.176
Ajuste		
Depreciação	2.620	2.619
Juros sobre financiamentos	1.817	2.244
Rendimento aplicação financeira	(629)	(579)
	<u>8.762</u>	<u>9.460</u>
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	2.576	(2.931)
Despesas antecipadas	3	(2)
Imposto de renda retido na fonte	(36)	13
Outros ativos	(12)	(6)
Fornecedores	3.279	5.712
Impostos e contribuições a recolher	39	663
Outros passivos	(17)	6
Juros pagos	(1.700)	(1.954)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(8)</u>	<u>(520)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>12.808</u>	<u>10.441</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(299)	(245)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(16.296)	(16.826)
Resgate em títulos e valores mobiliários	12.535	14.793
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(4.060)</u>	<u>(2.278)</u>
Pagamento de dividendos	(4.730)	(4.098)
Amortização de financiamentos	(4.033)	(4.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(8.763)</u>	<u>(8.168)</u>
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	(15)	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>42</u>	<u>47</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>27</u>	<u>42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1 de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço.

A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025.

Foi assinado, em julho de 2010, contrato de financiamento mediante abertura de crédito entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na modalidade *Project Finance*, sendo este um passo importante para estruturação financeira do projeto.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), em consonância com a Lei das S.A. e as normas emitidas pela Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 01 de março de 2019.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias de níveis 1,2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 4.4 de instrumentos financeiros.

2.4 Principais políticas contábeis

2.4.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

**Ativos financeiros
ao VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

**Ativos financeiros
ao custo
amortizado**

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de
dívida ao VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

**Instrumentos
patrimoniais ao
VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e

- ao VJR, e nesta categoria como:
 - a) mantidos para negociação;
 - b) instrumentos derivativos de hedge; ou
 - c) designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(i) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa.

Despesas com juros são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa “PECLD” (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.6 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina hidroelétrica. A depreciação do imobilizado está limitada ao prazo de autorização.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8 Financiamentos

Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de geração de energia e de receita disponibilizada até a data do balanço, contabilizado pelo regime de competência. A receita é reconhecida com base nos valores estabelecidos no contrato com a Light Esco Prestação de Serviços Ltda..

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.15 Principais mudanças nas políticas contábeis

I - Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

- Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

II - Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 47 / IFRS 15- Receita de Contratos com Clientes
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (Insurance Contracts) para adequação à aplicação da IFRS 9 (Financial Instruments).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

2.15.1 Nova norma e interpretação ainda não efetiva

Uma nova norma será efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essa alteração na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A seguinte norma alterada e interpretação não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia analisou os efeitos da adoção da nova norma e o impacto do IFRS 16 nos registros, e considerando os contratos e a operação realizadas no exercício de 2018, não identificou impacto relevante na adoção.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstância.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo de impairment.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

4.2

a. *Risco de crédito*

Salvo pelos depósitos e cauções vinculados e concessionária e permissionárias, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

b. *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

<u>Vencimentos</u>	<u>BNDES</u>
2020	4.044
2021	4.044
2022	4.044
2023	4.044
2024 em diante	310
	<u>16.482</u>

Passivo de Curto e Longo Prazo, considerando a taxa anual de juros de 2,05% para a tranche A e C e 4,50% para tranche B.

c. *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da TJLP.

d. *Valorização dos instrumentos financeiros*

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixas, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, estão descritos a seguir:

(i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Financiamentos e debêntures

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos e debêntures são muito próximos dos valores contabilizados.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhia s do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da Companhia, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumariados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>33.056</u>	<u>33.776</u>
Total do patrimônio líquido	<u>43.740</u>	<u>43.498</u>
Índice de alavancagem financeira	0,76	0,78

4.4 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

	31/12/2018		
		Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis		
Caixa e Equivalentes de caixa	27		27
Concessionárias e permissionárias	1.642		1.642
Títulos e valores mobiliários		11.891	11.891
	1.668	11.891	13.558
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Financiamentos		20.584	20.584
Fornecedores		10.689	10.689
		31.273	31.273
			31/12/2017
		Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	42		42
Equivalentes de caixa		-	-
Concessionárias e permissionárias	4.217		4.217
Títulos e valores mobiliários		7.546	7.546
	4.259	7.546	11.805
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Financiamentos		24.502	24.502
Fornecedores		7.411	7.411
		31.913	31.913

4.5 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.6 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2018.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %			4,42%	6,42%	8,42%
	Aplicações Financeiras	11.891	526	763	1.002
TJLP			4,98%	6,98%	8,98%
	Empréstimos	20.585	1.025	1.437	1.848

5 Títulos e Valores Mobiliários

Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Equivalentes de Caixa (a)	<u>10.281</u>	<u>6.017</u>
	<u>10.281</u>	<u>6.017</u>
Não circulante	31/12/2018	31/12/2017
Fundos vinculados (b)	<u>1.610</u>	<u>1.529</u>
	<u>1.610</u>	<u>1.529</u>
	<u>11.891</u>	<u>7.546</u>

- (a) Refere-se a aplicação financeira mantidas com bancos de primeira linha, indexado pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o BNDES, com a finalidade de garantia real. O saldo mínimo deve ser equivalente a três meses do serviço da dívida somado de três meses dos custos do contrato de operação e manutenção.

6 Concessionárias e Permissionárias

Refere-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A;

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento - LightCom Comercializadora de Energia S/A	1.381	1.345
Energia de Curto Prazo - Camara de Comercialização de Energia Elétrica	261	2.873
	<u>1.642</u>	<u>4.217</u>

7 Imobilizado

<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensílios	Outros	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro 2016	3.530	42.207	16.933	19.420	40	885	83.015
Adições	-	-	-	-	1	245	245
Saldo em 31 de dezembro 2017	3.530	42.207	16.933	19.420	41	1.130	83.260
Adições	-	-	-	9	1	289	299
Saldo em 31 de dezembro 2018	3.530	42.207	16.933	19.429	42	1.419	83.559
Depreciação acumulada							
<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensílios	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2016	-	8.206	3.296	3.777	11	-	15.291
Depreciação		1.407	564	647	1	-	2.619
Saldo em 31 de dezembro 2017	-	9.613	3.860	4.424	12	-	17.909
Depreciação		1.408	565	648	1	-	2.619
Saldo em 31 de dezembro 2018	-	11.021	4.425	5.072	13	-	20.527
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2016	3.530	34.001	13.637	15.643	29	885	67.724
Em 31 de dezembro de 2017	3.530	32.594	13.073	14.996	29	1.130	65.351
Em 31 de dezembro de 2018	3.530	31.186	12.508	14.357	29	1.419	63.029

A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que autoriza a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

Essa Resolução menciona, em seu artigo 10, a previsão de que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações a que referem-se as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º:

Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

§ 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Face ao exposto acima, a Companhia, em 2013, ajustou sua estimativa do valor de depreciação dos bens do ativo imobilizado limitando ao seu prazo da autorização (anteriormente realizada pelas taxas da ANEEL publicadas na Instrução Normativa 496/2012).

8 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia vem adotando o regime de tributação lucro presumido desde o exercício de 2011.

	2018		2017	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
<u>Receita de geração</u>	22.406	22.406	19.350	19.350
	<u>22.406</u>	<u>22.406</u>	<u>19.350</u>	<u>19.350</u>
Percentual de Presunção do imposto de renda (8%) e da contribuição social -(12 %)	8%	12%	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.792	2.689	1.548	2.322
Rendimento de Aplicação Financeira	<u>719</u>	<u>719</u>	<u>593</u>	<u>593</u>
Base para calculo do imposto de renda e contribuição social	2.512	3.408	2.141	2.915
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>604</u>	<u>307</u>	<u>512</u>	<u>262</u>
Alíquota Efetiva do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>10%</u>	<u>5%</u>	<u>9%</u>	<u>4%</u>

9 Contas a Pagar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para liquidação de energia de CP	10.463	7.242
Outros	<u>227</u>	<u>169</u>
	10.689	7.411

10 Financiamentos

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tranche A	TJLP 6% + 2,05%	17.899	20.451
Tranche B	TJLP 4,5%	2.007	3.275
Tranche C	TJLP 6% + 2,05%	<u>679</u>	<u>776</u>
Financiamento BNDES - principal e juros		<u>20.584</u>	<u>24.502</u>
Passivo circulante		<u>4.103</u>	<u>4.104</u>
Não-circulante		<u>16.482</u>	<u>20.398</u>

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Vencimentos</u>	<u>2018</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>2017</u>
	<u>BNDES</u>		<u>BNDES</u>
2020	4.044	2017	4.024
2021	4.044	2018	4.024
2022	4.044	2019	4.024
2023	4.044	2020	4.024
2024 em diante	310	2021	4.024
		2022 em diante	276
	<u>16.482</u>		<u>20.398</u>

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Empréstimo	Saldo 2016	Aquisição		Amortização		Saldo 12 2017
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	28.282	-	2.243	4.070	1.954	24.502
Total:	28.282	-	2.243	4.070	1.954	24.502

Empréstimo	Saldo 2017	Aquisição		Amortização		Saldo 12 2018
		Principal	Juros	Principal	Juros	
BNDES	24.502	-	1.817	4.033	1.700	20.585
Total:	24.502	-	1.817	4.033	1.700	20.585

a. Garantias concedidas

- Penhor de direitos emergentes da Concessão.
- Penhor de Ações.
- Penhor de Direitos Creditórios.

b. Covenants financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20
- O índice de capitalização própria de no mínimo 25% do investimento total do projeto

Todas as cláusulas restritivas requeridas pelo BNDES estão sendo atendidas.

11 Compensação ambiental

	31/12/2018	31/12/2017
Medidas compensatórias	99	100

Por se tratar de Companhia que possui licenciamento ambiental para realização do empreendimento, a Companhia contribui para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme estabelecido no termo nº 36/2006. Desta forma, a Companhia procedeu à provisão do valor mencionado no termo/contrato e parte foi realizada nos exercícios anteriores.

12 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

A Companhia não possui contingências com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos.

- (a) A Companhia é parte de um Inquérito Civil Público, em andamento no Ministério Público Federal - Núcleo de Volta Redonda/RJ, onde foi apresentada em 2002, uma representação pela Associação dos Moradores do Vale do Rio do Braço / Santana alegando que a construção da PCH Rio do Braço causaria diversos danos ao meio ambiente.

A Companhia obteve junto ao IBAMA, todas as licenças ambientais necessárias a implantação do empreendimento e esclarece que cumpriu e vem cumprindo com todas as suas obrigações perante este órgão.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2018, não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

- (b) A Companhia é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço seriam de propriedade da União, e que portanto é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas.

A Companhia entende que a aplicação desse conceito só é válida para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema.

Os consultores jurídicos da empresa entendem a perda dessa demanda como possível e sem valor de causa, portanto em 31 de dezembro de 2018, não foram registrados quaisquer valores de provisão nas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa ação.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 35.432, representado por 17.096.592 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

O capital foi integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE).

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim de cumprir as determinações dos *covenants* do financiamento junto ao BNDES e atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

Por meio da 44ª RCA de 12 de dezembro de 2018, foi aprovado o pagamento da reserva de retenção de lucros do exercício social de 2017. Os mesmos foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia em 28 de dezembro de 2018, no montante R\$ 3.500.

d. Dividendos propostos

Os dividendos propostos referentes aos dividendos mínimos calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2017, no montante de R\$ 1.230, foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia em 15 de junho de 2018.

Já no exercício de 2018, foram constituídos dividendos mínimos de R\$ 1.166.

14 Receita líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecimento de energia	16.152	15.662
Outras receitas (a)	3.623	7.917
Imposto sobre serviços	<u>(873)</u>	<u>(766)</u>
	<u>18.902</u>	<u>22.813</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

15 Custo sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	(634)	(551)
Material	(119)	(98)
Serviços de terceiros	(1.611)	(1.609)
Depreciação	(2.620)	(2.620)
Aluguéis	(56)	(58)
Seguros	(113)	(114)
Impostos e taxas	(14)	(23)
Compra de energia elétrica	(6.110)	(9.469)
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(11.277)</u>	<u>(14.540)</u>

16 Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas financeiras		
Juros BNDES	(1.817)	(2.183)
Tarifas bancárias	(37)	(98)
Outras	(1)	(11)
	<u>(1.855)</u>	<u>(2.292)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	720	593
	<u>720</u>	<u>593</u>
	<u>(1.135)</u>	<u>(1.699)</u>

17 Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 69 milhões para danos materiais, R\$ 10 milhões para responsabilidade civil e R\$ 100 mil para o seguro dos veículos.

Risco	Vigência	Importância segurada
Seguro de veículo	21/11/2018 a 21/11/2019	100
Risco de Engenharia	14/03/2018 a 14/03/2019	69.160
Responsabilidade Civil	14/03/2018 a 14/03/2019	10.000

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0